

# A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: visões e impactos em Portugal

Carlos Manuel Baptista Valentim\*

**E**m 1820, José Acúrsio das Neves (1766-1834) antecipava o novo caminho que deviam trilhar Portugal e o Brasil, reinos que permaneciam unidos sob a mesma coroa.

*“Nesta nova ordem de cousas compete ao Soberano procurar novos laços, para unir Portugal e o Brasil; porém os nossos comerciantes, desenganando-se de que o sistema colonial não pode mais voltar, devem também ir alongando as suas vistas pela extensão do globo, para abrirem novos canais às suas especulações: jam tempus agit res. E devem ambos os países respeitar mutuamente os vínculos do sangue, de interesse e de reconhecimento que os ligam, para permanecerem firmes na sua união.”* <sup>(1)</sup>

Havia a percepção que a realidade política e social se alterara no início da segunda década do século 19, como nos atesta Acúrsio das Neves, e que era necessário ter presente que não era possível retornar a um sistema colonial que se esgotara, por isso a solução seria procurar novos mercados e novas fontes de rendimento. Foram-se, entretanto, impondo diferentes visões e análises, nos anos e decênios seguintes, sobre a separação do Brasil de Portugal. Como poderemos, então, interpretar as consequências, os efeitos e o impacto do “Grito do Ipiranga”, há precisamente duzentos anos, a 7 de setembro de 1822, em Portugal? Uma prolixa e consistente historiografia <sup>(2)</sup>, tanto em Portugal como no Brasil, tem procurado nos últimos quarenta anos responder a esta questão, problematizando as razões que levaram ao colapso do império luso-brasileiro nas duas primeiras décadas do século 19.

Detentor de um vasto império e dispondo uma posição geográfica de grande relevância no Oceano Atlântico, Portugal vê-se de um mo-



mento para o outro, inevitavelmente, envolvido num jogo político-diplomático e militar que se desenrola em várias frentes, opondo, em meados da década de noventa do século 18, um poder essencialmente continental, a França revolucionária e imperial, a um poder marítimo – a Inglaterra.

Em 1803, D. Rodrigo de Sousa Coutinho lembrava ao Príncipe Regente D. João, que o espaço da monarquia portuguesa era mais vasto que o limitado território em solo europeu, referindo, que “Quando se considera que Portugal por si mesmo muito defensável, não é melhor, e mais essencial parte da monarquia; que depois de devastado por uma longa e sanguinolenta guer-



*ra, ainda resta ao seu soberano, e aos povos o irem criar um poderoso império no Brasil, donde se volte a reconquistar, o que possa estar perdido na Europa, e onde se continue uma guerra eterna contra o fero inimigo, que recusa reconhecer a neutralidade de uma potência, que mostra desejar conservá-la [...]*"<sup>(3)</sup>

A transferência da família real para o Brasil, entre o final do ano de 1807 e o início de 1808, foi a forma encontrada para preservar a Coroa portuguesa das invasões francesas. Esta operação obrigou a um notável esforço logístico, que se concentrou no transporte dos arquivos da Coroa, de estruturas civis e militares, e de milhares de pessoas, sobretudo uma elite política,

religiosa e militar, que ocupava os cargos principais no aparelho de Estado. Muitas das fontes noticiaram o embarque aproximado de quinze mil pessoas<sup>(4)</sup>. A mudança da Corte e a "exportação de poder organizado"<sup>(5)</sup>, de Lisboa para o Rio de Janeiro, precipitou desenvolvimentos com consequências a longo prazo. De facto, contribuiu, em grande medida, para a preservação da integridade do território brasileiro<sup>(6)</sup>. Por outro lado, a máquina estatal importada foi uma das mais importantes estruturas para o futuro governo independente separar-se do jugo colonial.

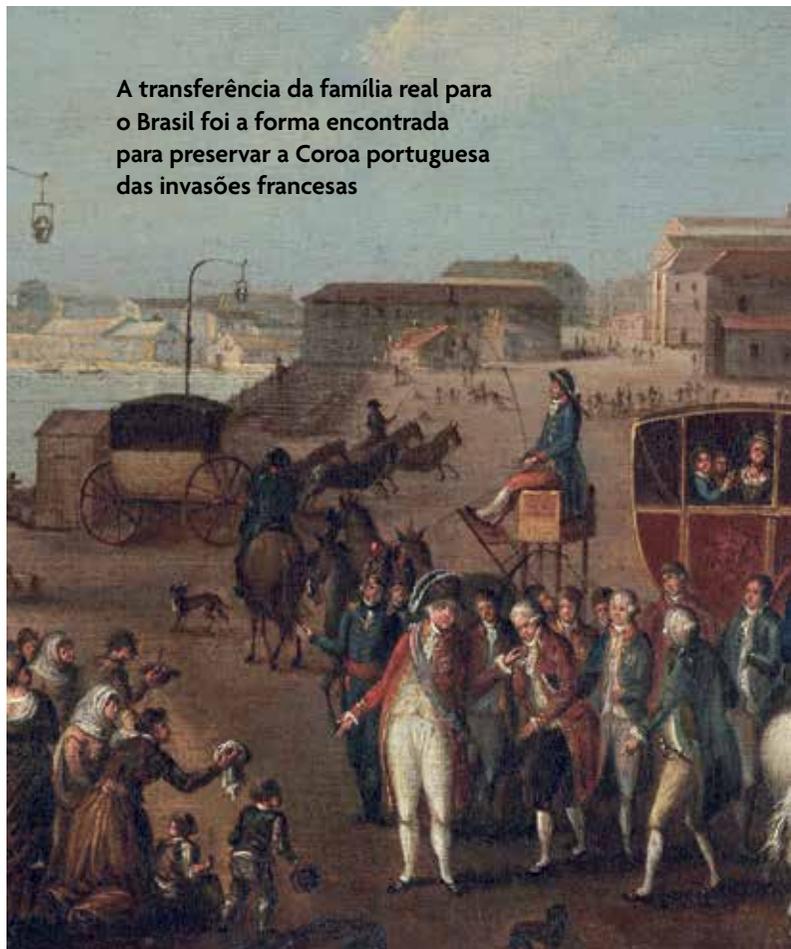
Com a partida da família real para o Brasil, vai assistir-se à perda da capacidade de Portu-

gal de exercer um controlo efetivo sobre as rotas que se destinavam ao Atlântico Sul, passando essa tarefa a ser exercida pela marinha inglesa. Num contexto de guerra com a França, um tal domínio naval por parte da Inglaterra explica em boa medida o interesse inglês na abertura em 1808 dos portos do Brasil ao mercado internacional, bem como o tratado de comércio, que firma em 1810, de nação mais favorecida. Nestas circunstâncias, é cortada a mediação comercial portuguesa, na transação dos produtos extraídos da terra brasileira e no envio das manufaturas europeias. A Inglaterra passou a ter mais um mercado, com grande potencialidade de crescimento, para escoar diretamente as mercadorias que a sua indústria, a mais avançada da época, produzia, enquanto extraía do Brasil matérias-primas essenciais à “sua” Revolução Industrial.

Um sistema de trocas, assente numa dinâmica comercial, com os seus agentes, meios de transporte, corretores, intermediários, processos financeiros, não colapsou sem que houvesse alguma resistência, por parte dos que, em Portugal, acalentavam a esperança de reativar uma relação Portugal-Brasil no quadro político e económico anterior à transferência da Corte para o Brasil. Em 1821, Portugal envia navios e homens para território brasileiro. Como nos elucida o caso do oficial da Marinha, José Bernardo da Silva (1802-1878) – que viria a ser o primeiro diretor-geral dos telégrafos – a 25 de setembro de 1821 recebe ordens para se apresentar na Charrua “Orestes”, navio que incorpora uma força naval, sob as ordens do comandante, Chefe de Divisão Francisco Maximiano de Sousa, com destino aos portos da América do Sul<sup>(7)</sup>.

Com um território interior na sua maioria escassamente desbravado e povoado, as mais importantes cidades (exceto em São Paulo e Minas Gerais) localizavam-se no litoral, dependendo das vias de abastecimento marítimo. O Rio de Janeiro com cerca de cem mil habitantes e São Salvador com sessenta mil eram os grandes centros urbanos do novo país. O objetivo principal dos portugueses, quando é declarada a independência do Brasil por D. Pedro, é assegurar o domínio de pontos-chave na extensa costa brasileira, de 4.700 milhas. O Rio de Janeiro, centro da revolta, e parte do Sul escapam ao controlo do governo de Lisboa<sup>(8)</sup>. Conservando o domínio da Bahia, as forças portuguesas esperavam contra-atacar com sucesso. Região densamente povoada, aí situavam ricas extensões de terra que produzindo açúcar, algodão, melão, cacau

A transferência da família real para o Brasil foi a forma encontrada para preservar a Coroa portuguesa das invasões francesas



e tabaco engrossam um rendoso comércio de mercadorias, escoado através do porto da cidade de S. Salvador. É nesse espaço territorial que se jogará a sorte da futura nação independente. O Pará e o Maranhão estão solidamente do lado lusitano; no Nordeste a situação está indefinida; o triângulo Minas – Rio – São Paulo adere por completo à sua causa da independência; finalmente, no Sul, o exército tinha-se dividido, mas a vantagem ia para os independentistas<sup>(9)</sup>.

O Conselho de Guerra português decide-se pela evacuação de S. Salvador da Bahia. A Marinha brasileira dispõe de menos navios, mas está melhor organizada, comandada em grande parte por oficiais britânicos, mais motivada, mostra no fim da guerra uma prestação tática superior. Na noite de 2 de julho de 1823, tendo abandonado a Bahia por ordem do Comandante da Esquadra onde se integrava, o jovem oficial de Marinha Bernardo da Silva afunda propositalmente a Barca “Constituição”<sup>(10)</sup>, que comandava, retirando-se com a sua guarnição para bordo da Corveta “Princesa Real”. Seguiu para Lisboa num comboio de 71 navios mercantes



e treze navios de guerra, que somavam aproximadamente uma tripulação de quatro mil marinheiros, seis mil soldados e 1.400 funcionários, num total de dez a doze mil pessoas. A viagem, seguida de perto pela recém-criada Marinha do Brasil <sup>(11)</sup>, que não perdia o momento mais favorável para fustigar ou apreender algum navio desta força naval, iria ser pontuada de constrangimentos.

A Independência do Brasil levou, portanto, a um período de guerra, de operações militares em terra e no mar, em face da resistência de certos grupos sociais, que viviam em cidades como Lisboa e Porto, que procuravam a todo o custo retomar uma estrutura produtiva que se encontrava em crise desde a abertura dos portos brasileiros em 1808 e, em boa medida, desarticulada com o tratado de comércio com a Inglaterra em 1810.

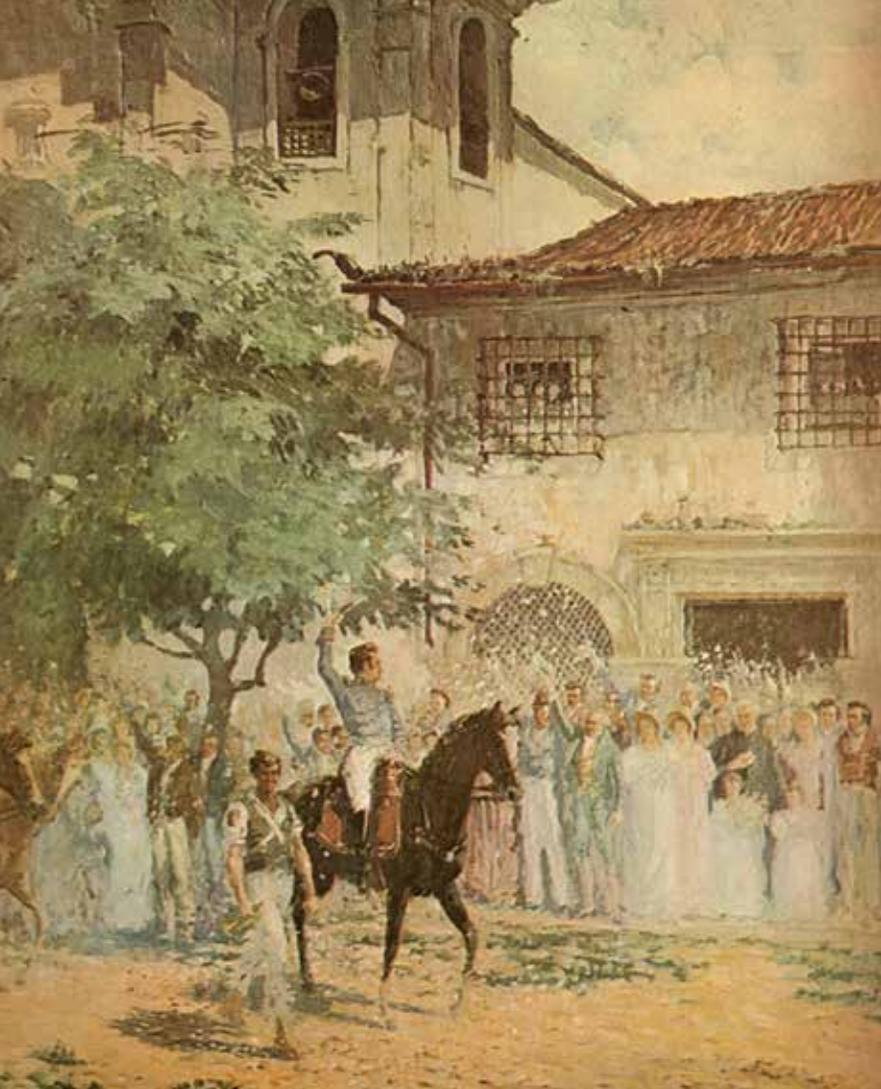
Sem dúvida que, em termos de compreensão da problemática histórica, quer na dimensão política, militar ou diplomática, a realidade só é perceptível de uma forma mais efetiva e profunda, se não forem ocultados ou minimizados os da-

dos e as conclusões da história económica <sup>(12)</sup>, na medida em que este campo de análise propicia um quadro explicativo de base para o que realmente se passou. De facto, o que se encontrava em jogo para Portugal era a perda do seu papel de entreposto comercial de géneros coloniais, no seio de uma estrutura de trocas que era desenvolvida no interior do império luso-brasileiro <sup>(13)</sup>. O colapso desse sistema arrastava, igualmente, o papel que as cidades de Lisboa e Porto, sobretudo, a primeira, centro do Império, tinham na reexportação de produtos europeus.

A notícia da declaração da Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822, foi recebida com algum desânimo em Portugal, pois a grande maioria dos políticos, que integrava o Soberano Congresso, que dera início às suas atividades plenárias no dia 26 de janeiro de 1821 <sup>(14)</sup>, ainda acreditava que a antiga colônia poderia juntar-se novamente a Portugal e formar um império, coeso e próspero. Todavia, a independência do Brasil veio criar divisões na sociedade portuguesa. A conflitualidade e as dissidências aprofundaram-se a partir de 1822. Um dos objetivos centrais da Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820: o retorno do Brasil à condição de colônia e a reativação do modelo económico que vigorara até 1808 ficaram seriamente comprometidos. Dessa forma, a base social de apoio do novo regime tende a diminuir, sobretudo entre os defensores do liberalismo mercantil <sup>(15)</sup>. Numa conjuntura europeia dominada pelo regresso aos sistemas políticos mais consentâneos com as estruturas políticas absolutistas, a independência do Brasil teve como consequência, em Portugal, um conjunto de revoltas e golpes militares, que tem início com a Vilafrancada (1823) e em seguida a Abrilada (1824) – com uma posição adversa ao liberalismo.

Na imprensa, o jornal *O Popular* aborda a independência do Brasil, que era objeto de atenção e preocupação dos políticos. O jornal defende a ideia de reconhecimento da independência, a troco de contrapartidas, benefícios aduaneiros na transação de produtos. “*Unir os dois países debaixo de um só ceptro (...) é tão impossível como deixar a terra de fazer a sua rotação. O Brasil nunca mais será colônia de Portugal, nem este daquele como foi de 1807 a 1820 [...]*.” <sup>(16)</sup>

E a pergunta mantinha-se noutros periódicos: “É possível colocar atualmente Portugal no mesmo estado em que ele se achava a respeito do Brasil em 1807?” E surgia a resposta, logo a seguir: “*Não... É quase necessário estabelecer uma convenção de modo a que os dois países pu-*



**Entrada do Exército Libertador,**  
obra de Presciliano Silva que retrata  
o episódio relativo ao fim da Guerra  
de Independência da Bahia, com a  
entrada do Exército Libertador em  
Salvador, em 2 de julho de 1823

*“achava-se em estado mui diferente daquele que a Nação deve manter para fazer-se respeitar e defender, e promover o seu commercio marítimo, e mais relações necessárias com as importantíssimas possessões ultramarinas, que ainda lhe restão nas quatro partes do mundo”.* (18)

A independência do Brasil vibra, justamente, o golpe decisivo e fatal na Marinha Portuguesa, no que se refere à sua projeção para as águas oceânicas, processo que acompanha a desarticulação de um sistema económico e comercial, que unia as duas margens do Atlântico. Cerca de um terço da Armada Portuguesa permaneceu no Brasil em 1822. (19)

Uma das consequências de maior alcance motivada pela independência do Brasil foi a crise de negócios, provocada pela perda do mercado brasileiro e a derrocada dos centros

*dessem encetar um novo caminho. A separação do Brasil era inevitável, e se a força fosse utilizada, previa-se o surgimento de ‘inimizades indesejáveis’.* (17)

Na agenda política oitocentista portuguesa, a independência do Brasil tornou-se um assunto da “ordem do dia”, nos debates parlamentares, na imprensa, nas ações dos governos, fator que vai levar ao recurso das armas, nas revoltas e golpes militares, até ao reconhecimento formal da independência do Brasil por Portugal em 1825.

Uma das consequências do colapso do império luso-brasileiro, que culmina com a independência do Brasil, centrou-se na perda de capacidade de exercer poder naval nos oceanos, tal como se referiu anteriormente. A Armada Portuguesa, cujas unidades mais operacionais ficam em águas brasileiras, não dispõe de financiamentos para fabricos e reparações, em consequência da diminuição das receitas e das dificuldades financeiras do Estado. Alertava o Ministro da Marinha, Inácio da Costa Quintela, a 8 de dezembro de 1822, que a Armada

comerciais portuguesas como entrepostos entre o território brasileiro e a Europa. Não menos importante de salientar, foi a dificuldade de reconversão dos homens de negócios portugueses, na exploração de mercados internacionais alternativos ou de outros ramos comerciais (20). Deverá ter-se presente, ainda assim, que com a independência do Brasil, alguns setores voltaram, em Portugal, a apostar na exploração do solo, numa perspetiva de dinamizar o mercado interno. O que contrariava de certa maneira um país que, desde a conquista de Ceuta (1415), sempre estivera, dum modo geral, apostado no exterior e virado para a vertente colonial.

O colapso do comércio de grosso trato com o Brasil, num processo que se estende, como se constatou, de 1808 a 1822, levou à decadência das indústrias, com o inevitável impacto nos grupos económicos e financeiros, bem como nas contas do Estado português. A exportação de produtos industriais portugueses nos primeiros anos do século 19 alcançava a soma de quatro mil réis, mas entre 1815 e 1820 esse valor já é somente de 1.800 réis (21). A independência

do Brasil em 1822 só veio a confirmar esta tendência de quebra e de afastamento entre os dois lados do Atlântico.

Importa salientar que a independência do Brasil teve um impacto forte e persistente na política interna portuguesa, nomeadamente na falência dos projetos que os revolucionários vintistas se propunham materializar<sup>(22)</sup>. O tratado de 1825, que reconhecia um Brasil independente, não debelou as intrincadas questões da sucessão da Coroa portuguesa e abriu caminho para uma crise dinástica, que associada às disputas ideológicas, entre liberais e absolutistas, resvalou para uma dolorosa guerra civil (1832-1834). A independência do Brasil levou, em suma, a uma problemática da identidade portuguesa e ao questionamento da viabilidade da sobrevivência de Portugal como nação independente. A procura de novos “Brasis” em África surge nesse âmbito e vai acelerar a transição para a última fase imperial portuguesa, no último quartel do século 19.

Registrava em 1880 Oliveira Martins (1845-1894), escassos cinquenta e oito anos após a declaração de independência do Brasil: “*Termina aqui a história do Brasil-colônia. A obra da nação portuguesa acabou; e, apesar de tudo, essa obra foi a melhor que ela deixou à História, um das melhores que as sociedades da Europa cometeram.*”<sup>(23)</sup>

Para o político e historiador, a independência do Brasil deveria ser motivo de orgulho nacional, pois nessa construção política, territorial e cultural do novo país despontava uma magnífica obra portuguesa. ■

#### NOTAS

(1) José Acúrsio das Neves, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, introdução e notas de Jorge Custódio, Viseu, Quercos, 1983, p.153.

(2) Entre outras, salientam-se os historiadores Jorge Borges de Macedo, Valentim Alexandre, Jobson Arruda, Maria de Fátima Bonifácio, Jorge Pedreira.

(3) Apud, António Estácio dos Reis, *Gaspar José Marques e a Máquina a Vapor, sua introdução em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2006, p. 63.

(4) As últimas estimativas, tendo em conta as capacidades dos navios e a sobrelotação, apontam para números mais inferiores, cerca de quatro a sete mil pessoas. Tais números poderão estar longe da realidade, tendo em conta as guarnições dos navios e toda a elite ligada à Corte e ao governo que embarcou. Veja-se Lília Moritz Schwarcz, Paulo César de Azevedo e Ângela Marques da Costa, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis. Do terramoto de Lisboa à Independência do Brasil*, 2ª

ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 217-218, e Cfr. Jorge Pedreira, Fernando Dores Costa, *D. João VI, O Clemente*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, 149.

(5) O conceito foi utilizado por Jorge Borges de Macedo para um outro período histórico, mas parece-nos adequado para esta questão, em particular.

(6) Alan K. Manchester, “The Transfer of the Portuguese Court to Rio de Janeiro”, *Conflict and Continuity in Brazilian Society*, Henry H. Keith and S.F. Edwards Editors, Columbia, University of South Carolina Press, 1969, pp. 148-183, p. 148.

(7) Veja-se Alberto Pimentel, “José Bernardo da Silva” In *Homens e Datas*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1985, p. 122.

(8) João Carlos Gonçalves Caminha “A Guerra da Independência”, *Navigator*, n.º 14, junho de 1978, pp.29-30.

(9) Cfr Brian Vale “Estratégia, Poder Marítimo e a Criação da Marinha do Brasil 1822 – 1823”, *Navigator*, n-º 4, 1971, pp. 6-7.

(10) Biblioteca Central da Marinha - Arquivo Histórico, Livro Mestre n.º 382, fol. 7.

(11) Uma boa descrição desta verdadeira saga pode ser encontrada no artigo de Max Justo Guedes, “A Marinha e a Libertação da Bahia”, *Navigator*, n.º 4, 1971, pp. 22-34.

(12) É com pertinência que a questão é levantada por Jorge Borges de Macedo, *O Bloqueio Continental*, 2ª Edição Revista, Lisboa, Gradiva, 1990, p. 77.

(13) Como concluiu Valentim Alexandre, *os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Edições Afrontamento, 1993, p.776.

(14) As eleições para as Cortes Constituintes decorreram em dezembro de 1820, seguindo-se as formalidades quanto à verificação dos poderes dos deputados eleitos no continente.

(15) Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1977, p.74.

(16) Apud José Augusto dos Santos Alves, *O Periodismo Político do Pós-Vilafrancada ao Setembrismo (1824-1836): um mundo cativante e multifacetado*, Lisboa, Média XXI, 2018, pp. 69-70.

(17) Idem, *ibidem*, p.72

(18) Arquivo Histórico Parlamentar, Relatório sobre o Estado da Marinha Nacional, Lisboa, 7 de dezembro de 1822

(19) Veja-se António Telo, *História da Marinha Portuguesa. Homens e Doutrinas*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, pp. 11-13.

(20) O que é salientado de forma pertinente por Maria de Fátima Bonifácio, *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 120

(21) Valentim Alexandre, “Um momento crucial do subdesenvolvimento português. Efeitos económicos da perda do Império Brasileiro” *Ler História*, nº7, 1986, quadro II.

(22) Com destaque para a modernização de Portugal.

(23) Oliveira Martins, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 7ª edição aumentada, imp. Lisboa, Guimarães&C.ª Editores, 1978, p. 90.